



**MENSAGEM DE LEI Nº 05, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.**

Excelentíssimo Senhor Presidente;  
Nobres Vereadores(as) deste Município.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Municipal a instituir, em caráter específico e temporário, o Programa de Recuperação Fiscal do Município – REFIS MUNICIPAL 2026, destinado à concessão de descontos para pagamento, à vista ou de forma parcelada, de créditos tributários e não tributários devidos ao Município.

A proposição fundamenta-se na necessidade de criar mecanismos eficazes para a regularização da situação fiscal dos contribuintes, proporcionando condições mais acessíveis para a quitação de débitos vencidos, ao mesmo tempo em que se busca o fortalecimento das finanças públicas municipais. Muitos contribuintes encontram-se inadimplentes não por má-fé, mas em razão de dificuldades econômicas enfrentadas nos últimos anos, o que justifica a adoção de medidas excepcionais e temporárias de incentivo à adimplência.

O REFIS MUNICIPAL 2026 apresenta-se como instrumento de justiça fiscal e eficiência administrativa, ao permitir a redução de encargos como multas e juros, estimulando a arrecadação espontânea e reduzindo a necessidade de medidas judiciais de cobrança, que oneram tanto o Município quanto os contribuintes. Ademais, a recuperação desses créditos possibilitará o ingresso imediato de receitas nos cofres públicos, contribuindo para o equilíbrio fiscal e para a ampliação da capacidade de investimento do Município em áreas essenciais, como saúde, educação, infraestrutura e assistência social.

Ressalta-se que o programa possui caráter temporário, preservando o princípio da legalidade e evitando a criação de expectativa permanente de benefícios fiscais, o que poderia comprometer a cultura de adimplência. A medida, portanto, não configura



Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

renúncia irresponsável de receita, mas sim uma estratégia planejada de recuperação de créditos com baixa perspectiva de recebimento em condições ordinárias.

Diante do exposto, o Projeto de Lei nº 05/2026 revela-se oportuno e necessário, atendendo ao interesse público, promovendo o equilíbrio entre a capacidade contributiva dos munícipes e a necessidade de fortalecimento das finanças municipais.

Assim, solicita-se o apoio dos Nobres Vereadores para a aprovação da presente proposição, rogando a inclusão do presente Projeto à **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** já convocada pelo Executivo no *Ofício 05/2026 GAB P.M.U* nos termos dos Arts. 113, §4º, e 154 do Regimento Interno desta Casa

Certos do pronto atendimento, elevamos votos de estima e consideração a esta Augusta Casa Legislativa.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 DE JANEIRO DE 2026.**

**ALEX SANDRO RUFINO FERREIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**





**PROJETO DE LEI Nº 05, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.**

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER, POR MEIO DE PROGRAMA ESPECÍFICO E TEMPORÁRIO, DENOMINADO REFIS MUNICIPAL 2026, DESCONTOS PARA PAGAMENTO, À VISTA OU PARCELADO, DE CRÉDITOS EM FAVOR DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO CONSTITUCIONAL DE UMARI, ESTADO DO CEARÁ, O SR. ALEX SANDRO RUFINO FERREIRA, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei.**

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Incentivo de Regularização de Débitos Tributários e Não Tributários, denominado REFIS Municipal 2026, destinado a incentivar a regularização de débitos inscritos em dívida ativa ou não, ajuizados ou não, vencidos até 31 de dezembro de 2025, na forma e nas condições estabelecidas nesta Lei.

**Art. 2º** - O Poder Executivo concederá, observadas as condições fixadas nesta Lei, os descontos para pagamento de créditos de natureza tributária em favor do Município, vencidos até 31 de dezembro de 2025, da seguinte forma:

**I** – 100% (cem por cento) sobre o valor das multas e dos juros moratórios, para pagamento integral à vista, ou parcelado em até 06 (seis) vezes;



**II** – 85 % (oitenta e cinco por cento) sobre o valor das multas e dos juros moratórios em 07 (sete) até 12 (doze) parcelas mensais, sucessivas e iguais;

**§ 1º** A dívida, objeto do parcelamento, será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, nos termos dos incisos I e II do caput, não podendo as prestações mensais serem inferiores a:

**I** – R\$ 50,00 (cinquenta reais) no caso de pessoa física;

**II** – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) no caso de pessoa jurídica, como Micro Empresa Individual – MEI, Micro Empresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Empresas optantes pelo Simples Nacional, bem como as entidades sem fins lucrativos; e

**III** – R\$ 200,00 (duzentos reais) no caso das demais pessoas jurídicas.

**§ 2º**- Para efeitos desta Lei, considera-se pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, aquela que, constituída desta forma, não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais e manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

**§ 3º**- Serão devidos honorários advocatícios que serão calculados sobre o montante do valor integral do débito consolidado, levando em conta os descontos autorizados nesta lei, e poderão ser parcelados, nos mesmos termos e condições previstos neste artigo.

**§ 4º**- Consideram-se honorários advocatícios, nos termos do § 3º deste artigo, aqueles fixados nos termos da Lei Municipal Nº 334, de 17 de abril de 2020, correspondentes a 10% (dez por cento) do valor da dívida, bem como aqueles fixados em decisão judicial, ou no despacho inicial que determina a citação na ação executiva.

**§ 5º**- O pagamento integral e à vista ou o parcelamento de créditos previstos neste artigo importa o reconhecimento da dívida e a interrupção do prazo prescricional e a incondicional e definitiva desistência de eventual ação judicial, reclamação ou recurso administrativo correspondente ou relacionado a eles.



**Art. 3º** - Para pagamento dos créditos NÃO decorrentes de tributos municipais, tais como multas aplicadas pela Corte Estadual de Contas, ou multas decorrentes de atos próprios e diversos da administração municipal, conceder-se-á os respectivos descontos:

**I** – 100% (cem por cento) de desconto sobre as multas e juros moratórios para o pagamento à vista, ou parcelado entre 02 (duas) à 12 (doze) parcelas mensais;

**II** – 90% (noventa por cento) de desconto sobre as multas e juros moratórios para o pagamento parcelado entre 13 (treze) à 24 (vinte e quatro) parcelas mensais;

**III** – 80% (oitenta por cento) de desconto sobre as multas e juros moratórios para o pagamento parcelado entre 25 (vinte e cinco) e 36 (trinta e seis) parcelas mensais.

**Parágrafo Único** – A concessão do parcelamento previsto neste artigo observará o valor mínimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por parcela, sendo vedado a concessão em valor inferior.

**Art. 4º** - A adesão ao Programa REFIS Municipal 2026 poderá ser feita até 31 de julho de 2026 para débitos provenientes de tributos municipais, e até 31 de dezembro de 2026 para os débitos previstos no art. 3º desta lei.

**Parágrafo único** - A redução de juros de mora e multas, inclusive moratória, previstas nesta lei, fica condicionada ao pagamento, exclusivamente, em moeda corrente ou através de outros meios disponibilizados pelo Ente Público, sendo vedada a compensação com precatórios ou quaisquer outros títulos.

**Art. 5º** - Os descontos previstos nesta Lei:

**I** – Aplicam-se aos créditos tributários e não tributários, preço público, dívidas contratuais, multas administrativas e penalidades aplicadas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa;

**II** – não se aplicam aos créditos objeto de transação;

**III** – não se aplicam aos créditos objeto de compensação.

**Art. 6º** - A adesão ao Programa REFIS Municipal 2026, de que trata esta Lei, fica condicionada:



**I** – A inclusão de todos os valores inscritos em dívida ativa ou, no mínimo, referente a um exercício financeiro completo, em nome do contribuinte, constante de documento a ser emitido pelo departamento de arrecadação e tributação que informará o débito com regularização incentivada, o desconto concedido e a data-limite para o pagamento;

**II** – à aceitação plena e irrestrita de todas as condições estabelecidas nesta Lei; e

**III** – à apresentação, se for o caso, de procuração com poderes específicos do devedor ou de seu representante legal.

§ 1º Considera-se formalizada a adesão ao Programa REFIS Municipal 2026 com:

**I** – a apresentação do requerimento do devedor ou de seus sucessores, quando exigido;

**II** – o pagamento à vista ou, no caso de parcelamento, da primeira parcela; e

**III** – a assinatura do Termo de Confissão Irretratável de Dívida e,

**IV** – Quanto aos créditos ajuizados, a adesão ao Programa REFIS Municipal 2026 fica condicionada ainda à atualização de dados cadastrais realizada junto ao órgão competente, ora denominada recadastramento.

**a)** considera-se recadastramento, a atualização de dados cadastrais perante o Fisco Municipal, mediante apresentação de documentação idônea, das partes que constam no polo passivo da referida ação executiva, tal como:

**b)** no caso de pessoas jurídicas, apresentação de endereço completo atualizado, CPF e nome completo de todos os sócios administradores, bem como endereço atualizado em que a pessoa jurídica se encontra em funcionamento;

**c)** no caso de pessoas físicas, apresentação do CPF, nome completo e endereço atualizado;

§ 2º No caso de falecimento da parte constante no polo passivo, deverá ser exigido:

**I** – a certidão de óbito do de cujus;

**II** – CPF, nome e endereço atualizado do cônjuge/companheiro e de todos os filhos do de cujus;

**III** – a indicação do inventariante se houver;



IV – não havendo inventário, a indicação do herdeiro ou herdeiros que se encontram na posse e administração dos bens do de cujus;

§ 3º Caso o sujeito aderente ao acordo seja terceiro não interessado ou juridicamente interessado na extinção da dívida, não sendo parte da ação executiva, a Procuradoria poderá dispensar a realização do recadastramento, quando se verificar que esta exigência inviabilizará a realização do acordo, sempre objetivando o interesse público na satisfação dos créditos tributários e não tributários;

**Art. 7º** - As parcelas previstas no inciso II do art. 2º são mensais, iguais e sucessivas.

**Parágrafo único.** A parcela não paga até o dia do vencimento será acrescida de multa de mora de:

I – 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso até o limite de 10% (dez por cento); e

II – juros de 1% (um por cento) ao mês.

**Art. 8º** - O devedor será excluído do parcelamento a que se refere esta Lei na hipótese de:

I – inobservância de quaisquer exigências previstas nesta Lei;

II – falta de pagamento de 3 (três) parcelas sucessivas ou de qualquer parcela por mais de 90 (noventa) dias, contados da data do vencimento.

§ 1º Ocorrendo a exclusão do parcelamento, o pagamento efetuado extingue a dívida de forma proporcional a cada um dos elementos que originalmente o compõem, e implica a perda do direito aos benefícios constantes desta Lei, relativamente às parcelas não pagas.

§ 2º A exclusão do devedor do parcelamento independe de notificação prévia e dar-se-á automaticamente com a ocorrência de uma das hipóteses descritas neste artigo.

§ 3º A exclusão do devedor do parcelamento implica exigibilidade imediata da totalidade da dívida confessada e não paga, restabelecendo-se os encargos e os acréscimos legais, na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos que lhe deram origem.



Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

**Art. 9º** - As pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que não comprovarem os requisitos previstos no § 2º do art. 2º desta Lei, terão os parcelamentos cancelados e a restauração do valor original dos créditos, bem como das multas e juros sobre eles incidentes, abatendo-se os valores já pagos.

**Art. 10** - Os benefícios concedidos por esta Lei não geram direito à compensação ou à restituição de quaisquer quantias pagas anteriormente ao início de sua vigência.

**Art. 11** - Ato do Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, no que for necessário.

**Art. 12** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 DE JANEIRO DE 2026.**

**ALEX SANDRO RUFINO FERREIRA**  
PREFEITO MUNICIPAL

